

Casa de Covela. Interpretação, reabilitação arquitectónica e inserção na paisagem

Pedro Alarcão*

O território onde se localiza a antiga Casa de Covela, que Lino Tavares Dias denominou como *Paisagens Milenares do Douro Verde*, título das Jornadas que integram o III Encontro CITCEM, é de uma riqueza e variedade surpreendente, nele se reconhecendo seis *unidades de paisagem* que testemunham a ocupação humana desde o período dolménico¹. Se nos aproximarmos do vale do Douro, no Concelho de Baião, território objecto da presente comunicação, podemos reconhecer vestígios do *período castrejo*, com povoados implantados entre os 400 e os 500 metros de altitude, de que é testemunho o Castro de Mantel, próximo da povoação de Valinho; os vestígios da *ocupação romana*, entre os 200 e os 300 metros, com a construção de vias de travessia e estruturação do território, bem como de estruturas agrícolas – *villae* – tirando partido de terras com boa exposição solar, bons solos agrícolas e abundância de água; do período de construção de *mosteiros*, como o caso de Ancede, implantado aos 300 metros de altitude; do período da *senhorização*, com a construção de quintas com os nomes dos lugares, de que a Quinta de Covela é um eloquente exemplo; e, finalmente, do *regresso à travessia do território e sua estruturação*, com a construção da via férrea, implantada na cota dos 50 metros.

De registar uma alteração muito significativa na configuração do rio, aquando da construção das barragens, a partir da década de 1950 do século passado, que fez aumentar consideravelmente o seu leito, alterando as suas relações com as margens. A linha do caminho de ferro passa a constituir o limite norte do rio, tendo ficado

* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Email: p.alarcao@arq.up.pt.

¹ Lino Tavares Dias identifica seis unidades de paisagem nesta região, por ele denominada de *Paisagens Milenares do Douro Verde*, a saber: a unidade denominada por “planalto dolménico”, aos 800 metros de altitude, com vestígios de ocupação desde o século V a.C.; a unidade denominada do “castrejo ao tardo-romano”, entre o século I a.C. e o século V a.C., com vestígios de castros implantados aos 500-400 metros e de construções do período romano aos 300-200 metros de altitude; a unidade que apelidou de “reuso tardo-romano e medieval”, entre os séculos V e XII d.C.; a unidade denominada de os “mosteiros”, complexos edificadas, com recurso à construção de socacos, nos 300-200 metros de altitude; a unidade que denominou como a “senhorização”, com quintas implantadas aos 200 metros de altitude; finalmente, a unidade que denominou como “regresso à travessia do território e sua estruturação”, com a construção do caminho de ferro, no final do século XIX, aos 50 metros de altitude.

TAVARES DIAS, 2011: 24 a 33.

soterradas algumas vias que, com o complemento de pequenas embarcações, permitiam o atravessamento fluvial, assim se perdendo testemunhos de antigas comunicações entre margens.

Admirável descrição desta paisagem, das gentes que aqui habitavam e dos seus costumes, escreveu Eça de Queirós, em *A cidade e as serras*, relatando o regresso de Jacinto a Tormes, povoação muito próxima do vale de Covelas.

“Para os vales, poderosamente cavados, desciam bandos de arvoredos, tão copados e redondos, de um verde tão moço, que eram como um musgo macio onde apetecia cair e rolar. Dos pendores, sobranceiros ao carreiro fragoso, largas ramarias estendiam o seu toldo amável, a que o esvoaçar leve dos pássaros sacudia a fragrância. Através dos muros seculares, que sustêm as terras liados pelas heras, rompiam grossas raízes coleantes a que mais hera se enroscava. Em todo o torrão, de cada fenda, brotavam flores silvestres. Brancas rochas, pelas encostas, alastravam a sólida nudez do seu ventre polido pelo vento e pelo sol; outras, vestidas de líquen e de silvados floridos, avançavam como proas de galeras enfeitadas; e, de entre as que apinhavam nos cumos, algum casebre que para lá galgara, todo amachucado e torto, espreitava pelos postigos negros, sobre as desgrenhadas farripas de verdura, que o vento lhe semeava nas telhas. Por toda a parte a água sussurrante, a água fecundante. (...) Todo um cabeço por vezes era uma seara, onde um vasto carvalhal ancestral, solitário, dominava como seu senhor e seu guarda. Em socalcos verdejavam laranjais rescendentes. Caminhos de lajes soltas circundavam fartos prados com carneiros e vacas retouçando, ou mais estreitos, entalados em muros, penetravam sob ramadas de parra espessa, numa penumbra de repouso e frescura”².

A quinta de Covela, objecto desta comunicação, localiza-se, como referimos, no concelho de Baião, na margem norte do rio Douro, ocupando duas freguesias: São Tomé de Covelas e Santa Cruz do Douro. Configurando-se como um anfiteatro que se abre a Sul, a propriedade estende-se actualmente por uma área de 49 hectares e as suas origens, enquanto quinta, são desconhecidas (fig. 1).

Até tempos recentes pertenceu à família do cineasta Manoel de Oliveira, herdada por sua mulher, D. Maria Isabel Brandão Carvalhais. Manoel de Oliveira ampliou significativamente a quinta original, adquirindo a vizinha Quinta dos Casaínhos, e ali implementou novos terrenos cultiváveis, aperfeiçoou sistemas de rega, construiu muros e eiras em granito e reabilitou várias construções.

² EÇA DE QUEIRÓS, 1993: 130 e 131.

Posteriormente, no final da década de 1980, foi a quinta adquirida por um empresário portuense, que a recuperou de um modo sustentado, desenvolvendo um plano que incluiu a recuperação da vinha e o aproveitamento turístico da Covela. Nuno Araújo recuperou também as construções existentes e os seus sistemas de comunicação e construiu um novo armazém e três casas de grande dimensão, destinadas ao aproveitamento turístico, ambos da autoria do arquitecto José Paulo dos Santos. Ao referido empresário, que reconheceu a qualidade da uva daquele território, se deve a criação e desenvolvimento da Marca de Vinhos Covela.

Razões financeiras parecem ter estado na origem do processo de degradação da Quinta da Covela, encontrando-se a mesma em completo abandono quando, em 2011, foi adquirida pelos empresários Marcelo Lima e Anthony Smith, oriundos de duas nacionalidades e duas áreas distintas: as finanças e a *media*³.

Pelas suas mãos se implementou um plano de recuperação da quinta, inicialmente direccionado para a vinha, que ocupa hoje uma área de 18 dos 49 hectares que constituem a propriedade, com acções várias de replantio, em alguns casos após um ano de repouso de terras com plantação de centeio; de reenxertia; de reforço na plantação de vinha de uva branca, que passou de 50 para 80% da produção; bem como de reforço das castas autóctones.

Foi de novo chamado o enólogo Rui Cunha, responsável pela criação dos vinhos da marca Covela e um novo incremento foi dado à produção vinícola, comercializando hoje a Empresa os Vinhos Covela Escolha, Covela Colheita Seleccionada e Covela Rosé. A grande qualidade destes vinhos é resultado de uma enorme variedade de castas, que complementam as castas autóctones de avesso e touriga nacional, de uma vindima feita manualmente e de um processo de fermentação em cascos de carvalho ou cubas de aço inox.

Depois de recuperadas as restantes áreas cultiváveis da quinta, constituídas por cerejeiras, marmeleiras, citrinos, oliveiras, pinheiros e sobreiros; recuperados moinhos, represas e levadas; recuperados os sistemas de caminhos e os diversos edifícios existentes; o plano estratégico para a Covela irá concluir-se com a reabilitação dos vestígios da Casa de Covela, projecto que aqui apresentamos.

³ Para mais informação sobre o projecto empresarial da Quinta de Covela, consulte-se: <<http://www.covela.pt/pt/client/skins/home.php>>.

A antiga Casa de Covela implantou-se na face nordeste do anfiteatro natural que definia a propriedade, voltada para o rio Douro, como resposta a uma clara intenção cenográfica, dado o forte enquadramento visual a partir do mesmo, do qual se acedia, por meio de um caminho sinuoso (fig. 2).

A Casa parece ter sido o resultado da conjugação de construções várias, dado o seu carácter fragmentado e a diversidade de elementos arquitectónicos, como atestam: a esterotomia dos paramentos exteriores, que varia muito das fachadas frontais para as laterais e traseira, bem como os alicerces e sectores inferiores dos referidos paramentos, onde se percebe a vontade de aproveitar as pedras de maior dimensão para zonas mais visíveis (figs. 3 e 4); a falta de travamento entre as paredes, quer exteriores, quer interiores; a composição do conjunto, muito dispersa e a escala dos diversos elementos constituintes; os elementos decorativos existentes; e, finalmente, a dificuldade em encontrar uma solução una e verosímil para a sua reconstituição volumétrica. O corpo central do conjunto, construído sobre o maciço rochoso, que poderia ter correspondido à fase inicial da edificação, não tem escala que justifique a enorme escadaria central de acesso à porta principal, de dimensões bastante reduzidas; escala contrariada no corpo sudeste, implantado muito próximo do referido eixo de acesso, já com dois pisos. De igual modo é enigmática a interpretação para o vazio existente entre estes dois volumes e a capela (fig. 5).

Todas estas questões motivaram uma acção de limpeza, dirigida por Lino Tavares Dias, que se concentrou sobretudo na área existente entre o corpo principal e a capela, onde apenas havia testemunho de ter existido uma construção rudimentar, em madeira. Dos trabalhos ficou visível todo o maciço rochoso existente, a identificação de alguns talhes na rocha, provavelmente de travejamento de apoio a soalho existente superiormente (fig. 6); bem como um encontro muito peculiar no contacto com a porta lateral da capela, que confirma todo o talhe que foi necessário realizar no maciço rochoso, para ali implantar o edifício de culto (fig. 7).

Assim, parece confirmar-se ter sido esta construção resultado de transplantes de edificações anteriormente erguidas noutros locais, tratando-se, como refere Lino Tavares Dias, no seu relatório de interpretação, em desenvolvimento, “de um edifício cuja datação de construção é difícil, eventualmente associado ao gosto de embelezamento e monumentalização de um espaço rural durante a primeira metade do século XVIII, resultado da aposta que alguma nobreza fez como resposta à

presença filipina em Lisboa. Mas esta é uma mera hipótese interpretativa para uma construção que ainda hoje marca a paisagem num espaço rural de excelência.”

A ruína inspirou sempre sentimentos contraditórios, entre os que, no limite, advogavam que inevitavelmente *a sua hora soará finalmente*⁴ e os que admitiam a sua recuperação total⁵.

Se a antiga Casa de Covela não tem já a sua cobertura, nem a estrutura dos seus pisos, constituindo-se também por isso como uma ruína⁶, também é certo que o seu *valor de antiguidade* não é incompatível com o seu *valor de uso*, permitindo a alteração do seu *status quo*⁷.

Embora se trate de uma ruína cujo valor de *venustas* é muito forte, devendo o projecto contemplar esta questão, também lhe reconhecemos uma *vitalidade implícita*⁸ que justifica a sua reabilitação.

Perante a intenção de não completar o edifício, quer por falta de elementos, quer mesmo por fortíssimas dúvidas de que alguma vez, pelo menos neste local, o mesmo tenha sido completado; assim como pela vontade de manter o seu valor e beleza, enquanto ruína, optou-se por uma linguagem arquitectónica contemporânea, com coberturas inclinadas, para estabelecer uma relação volumétrica harmónica com a preexistência, que resolve o problema da ambiguidade na interpretação do monumento, comprovadamente resultado de uma oscilação entre a resposta às questões funcionais e a uma intenção cenográfica (fig. 8). Assim, todos os planos volumétricos novos, construídos à face dos planos interiores do que teriam sido as paredes e coberturas do edifício desaparecido, com aparência metálica oxidada, contribuirão para a unificação volumétrica e cromática do conjunto edificado, hoje desarticulado. É excepção a este principio o corpo dos sanitários, construído fora

⁴ “A sua última hora soará finalmente, mas que soe aberta e francamente, e que nenhuma substituição desonrosa e falsa a prive das honras fúnebres da memória”.

RUSKIN, 1987 (1849): 184.

⁵ “Em tais circunstâncias, o melhor é colocarmo-nos no lugar do arquitecto primitivo e imaginar o que ele faria, se, voltando a este mundo, lhe apresentassem os programas que a nós nos propuseram”.

VIOLLET-LE-DUC, 1866: 31.

⁶ Com a tríade vitruvina quebrada, a ruína, enquanto arquitectura, perdeu as suas *propriedades de utilitas*, em grande parte de *firmitas*, preservando a *venustas*, sempre alterada e, muitas vezes sobrevalorizada, pelo facto de se ter tornado precisamente numa ruína.

⁷ Ver RIEGL, 1987: 53.

⁸ “O restauro, quando se refere às ruínas, não pode ser mais do que consolidação e conservação do ‘status quo’, pois de outro modo a ruína não seria considerada como tal, mas sim uma obra que todavia continha uma vitalidade implícita, suficiente para empreender uma reintegração da sua unidade potencial original”.

BRANDI, 1993: 36.

deste sistema unitário, em volume de betão à vista e cobertura plana, integrado na topografia do terreno envolvente (figs. 9 e 10).

Esta solução de reconstrução, que podemos considerar como intermédia, porque não repõe a volumetria em toda a sua extensão, mas apenas na face interior dos paramentos que a constituíam, como referimos, levanta ainda um problema, uma vez que não cobre os topos dos mesmos paramentos; o que originou uma solução de impermeabilização particular, com recurso a rufos em alumínio, material compatível com o aço corten e que garantiria a necessária autonomia cromática entre a nova intervenção e a preexistência⁹.

Também com vista a preservar a imagem da ruína, os vãos exteriores, realizados em perfis de latão, serão ocultados, pelas cantarias das janelas, solução que tão operativo e belo resultado deu na intervenção de Eduardo Souto Moura, no Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

A solução procura, assim, materializar, por evocação, uma volumetria possível, com uma linguagem contemporânea e identificada, que busca a reunião dos vários fragmentos existentes, conferindo-lhes unidade, sem anular o seu carácter fragmentário, com o intuito de com ela estabelecer uma harmonia analógica¹⁰.

Quanto ao programa funcional, que nos pareceu desde logo adequado às características e especificidade da ruína, o acesso far-se-á, naturalmente, através da grande escadaria de granito existente, directamente à sala de recepção, localizada no primeiro piso. Da referida sala aceder-se-á a uma sala de estar/biblioteca e a uma sala de provas, espaço de maior dimensão do edifício, a partir do qual se acede às instalações sanitárias. No piso térreo será instalada uma loja, onde se apresentarão e comercializarão os produtos da quinta, com acesso a partir do exterior e da sala de estar, sobre ela localizada. A capela será restaurada e a sua função original recuperada e, a partir da sua porta lateral, poder-se-á aceder a um espaço reservado, sem destino funcional, que denominamos de cripta, onde se poderão percepção os

⁹ Refira-se aqui a importância dada à cobertura na manutenção dos edifícios que, segundo Alberti, não só protege os habitantes “da chuva e, acima de tudo, do sol escaldante, mas também constitui uma segurança incalculável para todo o edifício”.

ALBERTI, 2011(1485): 176.

¹⁰ Antón Capitel define o que denominou de Intervenção Analógica como “um campo de actuação diferente, não limitado a posições únicas, em que o necessário novo desenho seja capaz de interpretar o “eco” do antigo, a *simpatia* do monumento, e encontre assim a solução numa harmonia analógica que, evitando os equívocos históricos, não se sinta obrigada a exibir diferenças artificiais nem distâncias mentais, mas que procure uma relação lógica, rigorosa e bela com o antigo”.

CAPITEL, 1992: p. 49.

testemunhos da construção original, anterior à Casa de Covela, presentes no maciço rochoso que constituía a sua superfície de embasamento.

Encontrada uma solução para a reabilitação da ruína sentiu-se necessidade de recuperar o percurso de acesso original, hoje só possível de implementar no seu troço final, dentro dos limites da propriedade (fig. 11). Muito mais interessante do que o actual, este antigo caminho sinuoso permitirá restabelecer o efeito de surpresa pretendido na aproximação à antiga Casa de Covela, que se vislumbrará numa situação frontal, pronta para acolher os visitantes e assim completar o Plano traçado (fig. 12).



Fig. 1. Quinta de Covela. Vista geral.
Fonte: Ana Paula Carvalho.



Fig. 2. Ruína da Casa de Covela. Fachada tardoz.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 3. Ruína da Casa de Covela. Fachadas tardez e lateral Sudeste.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 4. Ruína da Casa de Covela. Fachadas tardez e lateral Noroeste.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 5. Ruína da Casa de Covela. Vista geral.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 6. Ruína da Casa de Covela. Trabalhos de limpeza.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 7. Ruína da Casa de Covela. Trabalhos de limpeza.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 8. Reabilitação da Casa de Covela. Maqueta.
Fonte: Pedro Alarcão.

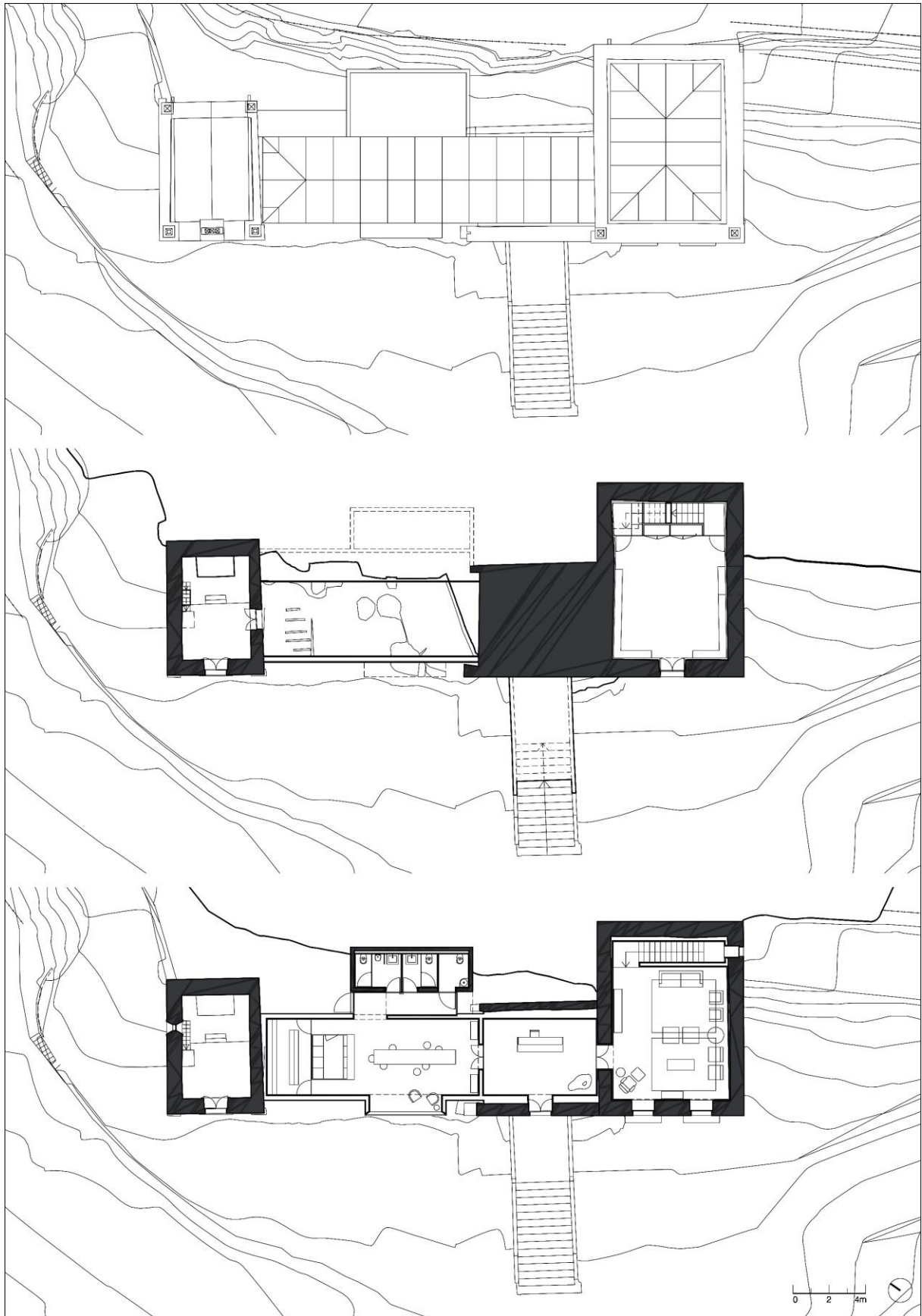


Fig. 9. Reabilitação da Casa de Covela. Plantas.
Fonte: Pedro Alarcão.

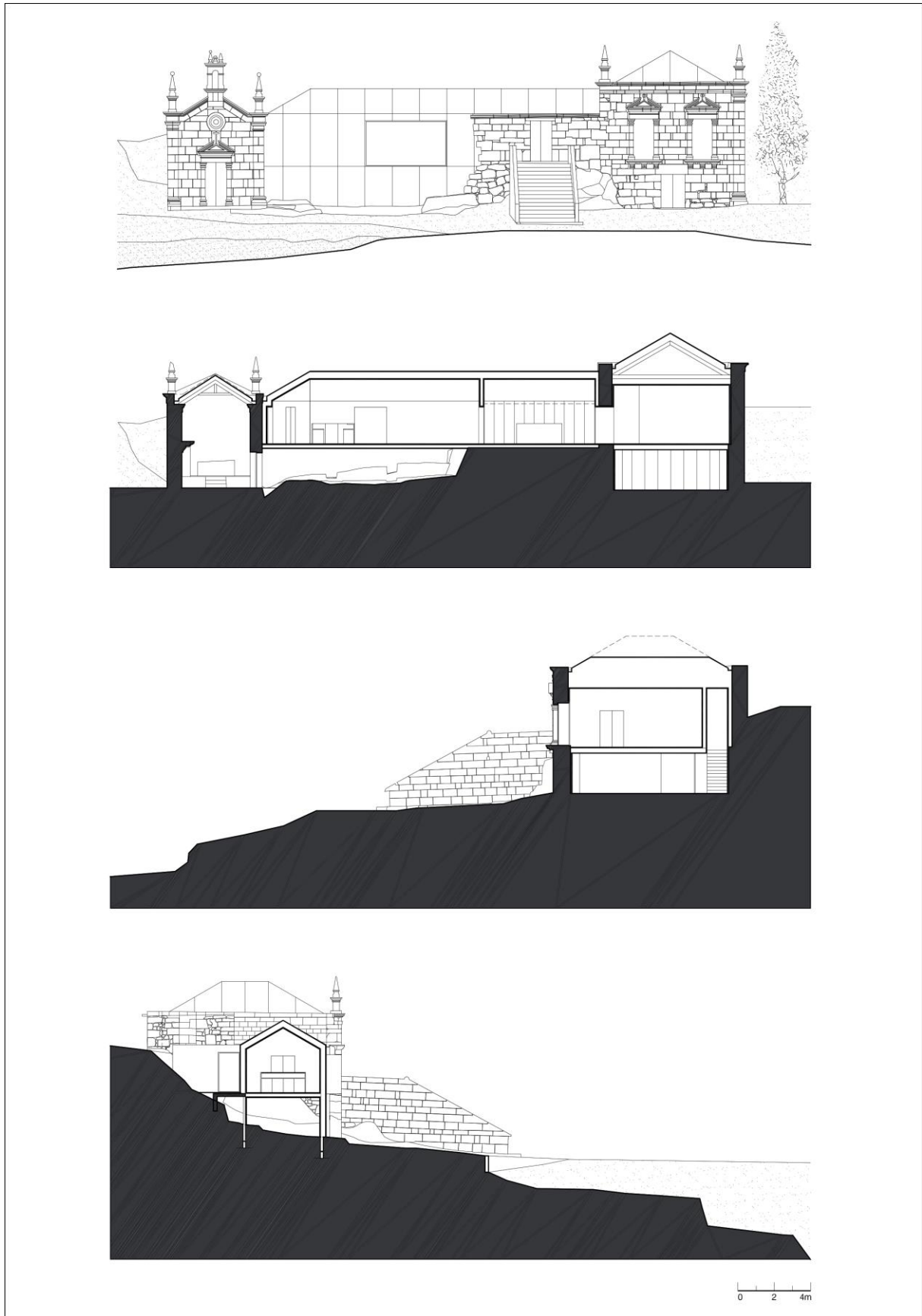


Fig. 10. Reabilitação da Casa de Covela. Alçados e cortes.
Fonte: Pedro Alarcão.

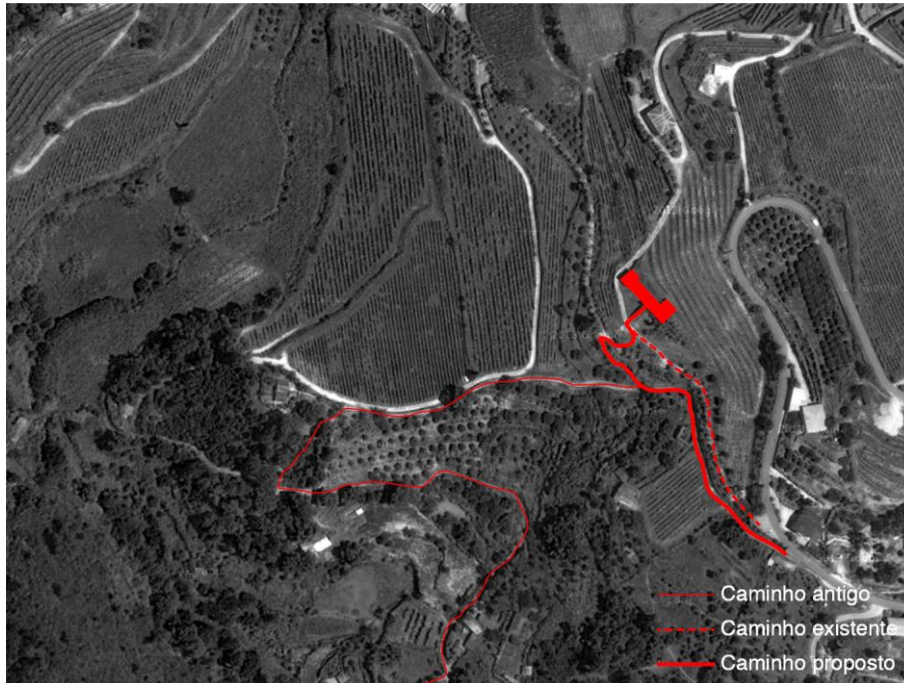


Fig. 11. Reabilitação da Casa de Covela. Novo acesso.
Fonte: Pedro Alarcão.



Fig. 12. Reabilitação da Casa de Covela. Simulação tridimensional.
Fonte: Pedro Alarcão.

Bibliografia

ALARCÃO, Pedro (2009) — *Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

ALBERTI, Leon Battista (2011 - 1ª ed. 1485) — *Da arte edificatória*. Arnaldo Monteiro Espírito Santo (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BRANDI, Cesare (1993 - 1ª ed. 1963) — *Teoria de la restauración*. Maria Ángeles Toajas Roger (trad.). Madrid: Alianza Forma.

CAPITEL, Antón (1992) — *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial.

QUEIRÓS, Eça de (1993) — *A cidade e as serras*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Coleção “Romances completos de Eça de Queirós”).

GRASSI, Giorgio (1988) — “Architettura lingua morta”. In NICOLIN, Pierluigi (dir.) — *Architettura lingua morta – Architecture dead language*. Nicolin Quaderni di Lotus. Milano: Electa, nº 9.

RIBEIRO, Orlando (1986) — *Portugal. O mediterrâneo e o atlântico*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

RIEGL, Alois (1987 - 1ª ed. 1903) — *El culto moderno de los monumentos: caracteres y origen*. Ana Pérez López (trad.). Madrid: Visor.

RUSKIN, John (1987 - 1ª ed. 1849) — *Las siete lâmparas de la arquitectura*. Barcelona: Editorial Stylos.

TAVARES DIAS, Lino (2011) — *Património Construído (arqueológico e arquitetónico) como Património Prospetivo*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Agregação.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène (1866) — “Restauration”. In *Dictionnaire raisonné de l'architecture française de XIe au XVIe siècle*. Paris: A. Morel Éditeur, Tome VIII.